

LEGISLAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA

Higiene dos géneros alimentícios/ Controlos oficiais		
Diploma	Âmbito	Observações
Regulamento (CE) N.º 178/2002/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de Janeiro	Determina os princípios e normas gerais da legislação alimentar, cria a Autoridade Europeia para a Segurança dos Alimentos e estabelece procedimentos em matéria de segurança dos géneros alimentícios	Consultar versão consolidada
Regulamento (CE) 852/2004/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril	Relativo à higiene dos géneros alimentícios, destinada aos operadores	Consultar versão consolidada
Regulamento (CE) 853/2004/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril	Estabelece regras específicas de higiene aplicáveis aos géneros alimentícios de origem animal	Consultar versão consolidada
Regulamento (CE) 854/2004/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril	Estabelece regras específicas de organização dos controlos oficiais de produtos de origem animal destinados ao consumo humano	Consultar versão consolidada
Regulamento (CE) n.º 882/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril de 2004	Relativo aos controlos oficiais realizados para assegurar a verificação do cumprimento da legislação relativa aos alimentos para animais e aos géneros alimentícios e das normas relativas à saúde e ao bem-estar dos animais	Consultar versão consolidada
Regulamento (CE) N.º 2073/2005, da Comissão, de 5 de Dezembro	Relativo a critérios microbiológicos aplicáveis aos géneros alimentícios	Consultar versão consolidada
Regulamento 2074/2005, da Comissão, de 5 de Dezembro	Estabelece medidas de execução para determinados produtos ao abrigo do Reg. 853/2004 e para a organização de controlos oficiais ao abrigo dos Reg.(s) 854/2004 e 882/2004, derroga o Reg. 852/2004 e altera os Reg.(s) 853/2004 e 854/2004	Consultar versão consolidada
Decreto-Lei 113/2006, de 12 de Junho	Assegurar a execução e garantir o cumprimento dos Reg. 852/2004 e 853/2004	Revoga DL nº 67/98 de 18 de Março. Alterado por DL nº 223/2008 de 18 de Novembro

LEGISLAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA

D.L. nº 223/2008 de 18 Novembro	Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 113/2006, de 12 de Junho, que estabelece as regras de execução, na ordem jurídica nacional, dos Regulamentos (CE) n.os 852/2004 e 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril	Recursos
Regulamento (CE) N.º 1162/2009 da Comissão, de 30 de Novembro	Que estabelece disposições transitórias de execução dos Reg. (s) 853/2004, 854/2004 e 882/2004. Condições sanitárias de importação não estabelecidas nos Reg. 853/2004/CE e 854/2004/CE. Revogou o Reg. 2076/2005 da Comissão de 5 de Dezembro de 2005	Ver documento
Regulamento (CE) N.º 558/2010 da Comissão, de 24 de Junho	Altera o anexo III do Regulamento (CE) 853/2004	Ver documento
DL nº 69/2005 de 17 de Março	Estabelece as garantias de segurança dos produtos e serviços colocados no mercado, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2001/95/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Dezembro, relativa à <u>segurança geral dos produtos</u> .	
Directiva 2004/41/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril	Revoga certas directivas relativas à higiene dos géneros alimentícios e às regras sanitárias aplicáveis à produção e à comercialização de determinados produtos de origem animal destinados ao consumo humano e altera as Directivas 89/662/CEE e 92/118/CEE	Directiva 89/662/CEE transposta pelo Dec-Lei n.º 37/2009 de 10 de Fevereiro VER DL 111/2006
Decisão 2006/765/CE da Comissão, de 6 de Novembro	Revoga determinados actos de aplicação relativos à higiene dos géneros alimentícios e às regras sanitárias que regem a produção e a colocação no mercado de determinados produtos de origem animal destinados ao consumo humano	Consultar versão consolidada
Decreto-Lei nº 163/2005 de 22 de Setembro	Transpõe para o direito nacional a Directiva 2002/99/CE de 16 de Dezembro, que estabelece as regras de polícia sanitária aplicáveis à produção, transformação, distribuição e introdução de produtos de origem animal destinados ao consumo humano	
Decreto-Lei nº 28/84 de 20 de Janeiro	Infracções antieconómicas e contra a saúde pública	

LEGISLAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA

Licença de utilização do domínio público hídrico		
Diploma	Ambito	Observações
Lei nº 58/2005 de 29 Dezembro	Aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas.	
DL nº 226-A/2007 31 Maio	Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos, criando um novo quadro de relacionamento entre o Estado e os utilizadores dos referidos recursos, no sentido de permitir um maior incentivo às actividades económicas relacionadas com a água. Define os títulos de utilização de recursos hídricos, bem como os procedimentos e as entidades competentes para a sua atribuição e as formas de controlo, modificação e cessação dos mesmos. Estabelece, ainda, regras relativas à transmissão e transacção dos títulos de utilização de recursos hídricos entre os utilizadores.	
Decreto-Lei n.º 391-A/2007 de 21 de Dezembro	Alteração do artigo 93º do Decreto -Lei n.º 226 -A/2007, de 31 de Maio	

Licenciamento da actividade Aquícola		
Diploma	Ambito	Observações
Decreto Regulamentar n.º 14/2000, de 21 de Setembro, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.	Estabelece os requisitos e condições relativos à instalação e exploração dos estabelecimentos de culturas marinhas e conexos, bem como as condições de transmissão e cessação das autorizações e das licenças	
Decreto Regulamentar n.º 9/2008, de 18 de Março, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.	Define as regras para as áreas de produção aquícola (APA) em mar aberto, bem como as condições de autorização de instalação e licença de exploração.	

LEGISLAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA

<p>Decreto-Lei n.º 152/2009, de 02 de Julho, do Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas.</p>	<p>Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/88/CE, do Conselho, de 24 de Outubro, relativa aos requisitos zoonosológicos aplicáveis aos animais de aquicultura e produtos derivados, assim como a prevenção e ao combate a certas doenças dos animais aquáticos, com a redacção que lhe foi dada pela Directiva n.º 2008/53/CE, da Comissão, de 30 de Abril, respeitante à virémia primaveril da carpa.</p>	
<p>Decreto n.º 44623 (D.R. n.º 233, Série I de 1962-10-10), do Ministério da Economia - Secretaria de Estado da Agricultura - Direcção-Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas.</p>	<p>Aprova o regulamento da Lei n.º 2097, que promulga as bases do fomento piscícola nas águas interiores do País.</p>	
<p>Portaria n.º 747/86 (D.R. n.º 288, Série I de 1986-12-16), do Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação - Secretaria de Estado da Agricultura</p>	<p>Estabelece a regulamentação a que se refere o artigo 50.º do Decreto n.º 44623, de 10 de Outubro de 1962, sobre a instalação de pisciculturas industriais em águas interiores.</p>	

Saúde animal		
Diploma	Ambito	Observações
<p>Decreto-Lei n.º 152/2009, de 2 de Julho</p>	<p>Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/88/CE, do Conselho, de 24 de Outubro, relativa aos requisitos zoonosológicos aplicáveis aos animais de aquicultura e produtos derivados, assim como à prevenção e ao combate a certas doenças dos animais aquáticos, com a redacção que lhe foi dada pela Directiva n.º 2008/53/CE, da Comissão, de 30 de Abril, respeitante à virémia primaveril da carpa.</p>	
<p>Directiva 2006/88/CE do Conselho de 24 de Outubro de 2006</p>	<p>Relativa aos requisitos zoonosológicos aplicáveis aos animais de aquicultura e produtos derivados, assim como à prevenção e à luta contra certas doenças dos animais aquáticos</p>	

LEGISLAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA

Directiva 2008/53/CE da Comissão de 30 de Abril de 2008	Que altera o Anexo IV da Directiva 2006/88/CE do Conselho no que respeita à Virémia Primavera da Carpa	
Decisão 2008/392/CE de 30 de Abril de 2008	Aplica a Directiva 2006/88/CE do Conselho respeitante à criação de uma página de informação baseada na internet destinada a tornar acessíveis, por via electrónica, informações sobre as empresas de produção aquícola e os estabelecimentos de transformação autorizados.	
Decisão 2008/946/CE de 12 de Dezembro de 2008	Aplica a Directiva 2006/88/CE do Conselho no que se refere aos requisitos de quarentena dos animais de aquicultura.	
Regulamento (CE) nº 1251/2008 de 12 de Dezembro de 2008	Aplica a Directiva 2006/88/CE do Conselho no que se refere às condições e aos requisitos de certificação para a colocação no mercado e importação para a Comunidade de animais de aquicultura e produtos derivados e estabelece uma lista de espécies vectoras.	
Regulamento (CE) nº 1250/2008 de 12 de Dezembro de 2008	Altera o regulamento(CE) nº 204/2005 no que se refere aos requisitos de certificação para a importação de produtos de pesca, moluscos, bivalves, equinodermes, tunicados e gastrópodes marinhos vivos destinados ao consumo humano	
Alimentação animal		
Diploma	Âmbito	Observações
Decreto-Lei 105/2003 de 30 de Maio	Relativo à comercialização de alimentos compostos para animais	
Decreto-Lei 193/2007 de 14 de Maio	Relativo às substâncias indesejáveis nos alimentos para animais	
Decreto-Lei 247/2002, de 8 de Novembro	Estabelece os princípios relativos à organização dos controlos oficiais no domínio da alimentação animal	
Decreto-Lei 289/99 de 29 de Julho	Relativo aos aditivos destinados à alimentação animal, e nomeadamente o seu artº 38º	
Decreto-Lei 6/2007 de 11 de Janeiro	Aprova as normas relativas à comercialização e à utilização nos alimentos para animais de produtos fabricados segundo certos processos técnicos, com vista ao seu contributo directo ou indirecto em proteínas	

LEGISLAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA

Decreto-Lei 161/2003 de 22 de Julho	Relativo à circulação e à utilização de matérias-primas para a alimentação animal no interior da EU	
Decreto-Lei 168/2004, de 7 de Julho	Estabelece as regras relativas à rastreabilidade e rotulagem aplicáveis aos alimentos para animais produzidos a partir de OGM	
Decisão 2004/17/CE da Comissão de 1 de Março	Adopta uma lista de substâncias cuja circulação ou utilização em alimentação animal é proibida	
Portaria 1105/90, de 6 de Novembro	Relativa às tolerâncias admitidas em caso de desvio entre os resultados de controlo oficial e os teores declarados nas embalagens, rótulos, dísticos, etiquetas ou guias de remessa dos alimentos compostos para animais	
Recomendação 2006/576 da Comissão, de 17 de Agosto	Sobre a presença de Desoxinivalenol, Zearalenona, Ocratoxina A, Toxinas T-2 e HT-2 e Fumonisinias em produtos destinados à alimentação animal	
Recomendação da Comissão 2004/74/CE, de 11 de Outubro	Relativa à monitorização dos níveis de base das dioxinas e dos PCB sob a forma de dioxina nos alimentos para animais	
Regulamento (CE) n.º 183/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Janeiro	Estabelece os requisitos de higiene dos alimentos para animais	
Regulamento (CE) n.º 1830/2003, de 22 de Setembro, do Parlamento Europeu e do Conselho	Relativo à rastreabilidade e rotulagem de organismos geneticamente modificados e à rastreabilidade dos géneros alimentícios e alimentos para animais produzidos a partir de organismos geneticamente modificados e que altera a directiva 2001/18/CE	
Regulamento (CE) n.º 1831/2003, de 22 de Setembro, do Parlamento Europeu e do Conselho	Relativo aos aditivos destinados à alimentação animal	
Regulamento (CE) n.º 999/2001 de 22 de Maio, do Parlamento Europeu e do Conselho	Estabelece regras para a prevenção, o controlo e a erradicação de determinadas encefalopatias espongiformes transmissíveis, com a última alteração prevista pelo Reg. (CE) n.º 956/2008, da Comissão de 29 de Setembro	

LEGISLAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA

Medicamentos de uso veterinário		
Diploma	Âmbito	Observações
DL 148/2008 de 29 de Julho	Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 004/28/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de Março, e parcialmente a Directiva n.º 2001/82/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Novembro, que estabelece um código comunitário relativo aos medicamentos veterinários, e a Directiva n.º 2006/130/CE, da Comissão, de 11 de Dezembro, que determina os critérios de isenção da receita veterinária para determinados medicamentos veterinários aplicáveis a animais produtores de alimentos, e revoga os Decretos-Leis n.os 146/97, de 11 de Junho, 184/97, de 26 de Julho, 232/99, de 24 de Junho, 245/2000, de 29 de Setembro, 185/2004, de 29 de Julho, e 175/2005, de 25 de Outubro	
Portaria 1049/2008 de 16 de Setembro	Aprova as normas das boas práticas de distribuição de medicamentos veterinários	
Despacho n.º 25924/2008 de 16 de Outubro (II série)	Condições de utilização de medicamentos veterinários que não sejam possuidores de qualquer das autorizações previstas no Decreto-Lei n.º 148/2008, de 29 de Julho	

Contaminantes		
Diploma	Âmbito	Observações
Regulamento (CE) n.º 1881/2006 da Comissão de 19 de Dezembro	fixa os teores máximos de certos contaminantes presentes nos géneros alimentícios	Consultar versão consolidada
Regulamento (CE) n.º 333/2007 da Comissão de 28 de Março de 2007	Estabelece métodos de amostragem e de análise para o controlo oficial dos teores de chumbo, cádmio, mercúrio, estanho na forma inorgânica, 3-MCPD e benzo(a)pireno nos géneros alimentícios	Ver documento
Regulamento (CE) N.º 1883/2006 da Comissão de 19 de Dezembro de 2006	Estabelece os métodos de amostragem e de análise para o controlo oficial dos teores de dioxinas e de PCB sob a forma de dioxina em determinados géneros alimentícios	Ver documento

LEGISLAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA

Regulamento (CEE) N.º 315/93 do Conselho de 8 de Fevereiro de 1993	Estabelece procedimentos comunitários para os contaminantes presentes nos géneros alimentícios	Consultar versão consolidada
---	--	------------------------------

Resíduos		
Diploma	Ambito	Observações
Directiva n.º 96/23/CE, do Conselho de 29 de Abril	Relativa às medidas de controlo a aplicar a certas substâncias e aos seus resíduos nos animais vivos e respectivos produtos e que revoga as Directivas 85/358/CEE e 86/469/CEE e as Decisões 89/187/CEE e 91/664/CEE	Consultar versão consolidada
D.L. n.º 148/99 de 4 de Maio	Transpõe para a ordem jurídica interna a directiva N.º 96/23/CE, do Conselho, de 29 de Abril, relativa às medidas de controlo a aplicar a certos subprodutos e aos seus resíduos em animais vivos e respectivos produtos.	
Decisão 2002/657 da Comissão de 14 de Agosto de 2002	Dá execução ao disposto na Directiva 96/23/CE do Conselho relativamente ao desempenho de métodos analíticos e à interpretação de resultados	Consultar versão consolidada
Regulamento (CE) N.º 470/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho de 6 de Maio	Que prevê procedimentos comunitários para o estabelecimento de limites máximos de resíduos de substâncias farmacologicamente activas nos alimentos de origem animal, que revoga o Regulamento (CEE) n.º 2377/90 do Conselho e que altera a Directiva 2001/82/CE	Ver documento
Regulamento (CE) n.º 396/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho de 23 de Fevereiro	Relativo aos limites máximos de resíduos de pesticidas no interior e à superfície dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais, de origem vegetal ou animal, e que altera a Directiva 91/414/CEE do Conselho.	Consultar versão consolidada
Regulamento (CE) N.º 149/2008 da comissão de 29 de Janeiro de 2008	Que altera o Regulamento (CE) N.º 396/2005 do Parlamento Europeu e do Conselho ao criar os anexos II, III e IV que fixam limites máximos de resíduos para os produtos abrangidos pelo anexo I do mesmo regulamento.	Consultar versão consolidada

LEGISLAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA

D.L n.º 39/2009 de 10 de Fevereiro	Assegura a execução e garante o cumprimento, na ordem jurídica interna, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 396/2005, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Fevereiro, relativo aos limites máximos de resíduos de pesticidas no interior e à superfície dos géneros alimentícios e dos alimentos para animais, de origem vegetal ou animal.	
Regulamento (CE) n.º 37/2010 da Comissão de 22 de Dezembro de 2009	Relativo a substâncias farmacologicamente activas e respectiva classificação no que respeita aos limites máximos de resíduos nos alimentos de origem animal	Ver documento
Decreto-Lei n.º 3/90, de 3 de Janeiro	Normas relativas à regulação dos níveis de resíduos admissíveis no pescado destinado à alimentação humana	
Aditivos		
Diploma	Ambito	Observações
Regulamento (CE) N.º 1333/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro de 2008	Relativo aos aditivos alimentares	Consultar versão consolidada
Regulamento (CE) N.º 1334/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro	Relativo aos aromas e a determinados ingredientes alimentares com propriedades aromatizantes utilizados nos e sobre os géneros alimentícios	Altera o Reg. (CEE) N.º 1601/91 do Conselho, o Reg. (CE) N.º 2232/96 e o Reg. N.º 110/2008 e a Directiva 2000/13/CE
Decreto-Lei n.º 192/89, de 8 de Junho,	Que estabelece os princípios orientadores da utilização dos aditivos alimentares nos géneros alimentícios. Revoga diversos diplomas sobre esta matéria.	
Decreto-Lei n.º 121/98 de 8 de Maio	O presente decreto-lei aplica-se aos aditivos alimentares, com excepção dos corantes, dos edulcorantes e dos agentes de tratamento da farinha.	Alterado pelo Decreto-Lei n.º 33/2008 de 25 de Fevereiro
Regulamento (CE) N.º 2232/96 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de Outubro	Estabelece um procedimento comunitário aplicável no domínio das substâncias aromatizantes utilizadas ou que se destinem a serem utilizadas nos géneros alimentícios	Consultar versão consolidada
Decreto-Lei n.º 193/2000 de 18 de Agosto	Aplica-se aos aditivos alimentares denominados corantes	Revoga a Portaria n.º 759/96, de 26 de Dezembro

LEGISLAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA

LEGISLAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA

Derrogações		
Diploma	Âmbito	Observações
Portaria 699/2008, de 29 de Julho	A presente portaria regulamenta as derrogações previstas no Reg.853/2004, do Parlament, e no Reg. 2073/2005, para determinados géneros alimentícios	
Despacho Normativo 38/2008, de 13 de agosto	O presente diploma estabelece o procedimento para a concessão das adaptações aos requisitos de higiene aplicáveis à produção de géneros alimentícios, nos termos do disposto no artigo 13.º do Reg. 852/2004 e no artigo 10.º do Reg. 853/2004, bem como no ar	Derrogações

Subprodutos		
Diploma	Âmbito	Observações
Regulamento (CE) N.º 1774/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de Outubro	Estabelece regras sanitárias relativas aos subprodutos animais não destinados ao consumo humano	Consultar versão consolidada
Decreto-Lei n.º 122/2006 de 27 de Junho	Assegurar a execução e garantir o cumprimento no ordenamento jurídico nacional das obrigações decorrentes do Reg. 1774/2002	
Regulamento (CE) n.º1069/2009 do Parlamento Europeu e do Conselho de 21 de Outubro de 2009	Define regras sanitárias relativas a subprodutos animais e produtos derivados não destinados ao consumo humano e que revoga o Regulamento n.º1774/2002 a partir de 4 de Março de 2011	
Água		
Diploma	Âmbito	Observações
Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de Agosto	estabelece o regime da qualidade da água destinada ao consumo humano, revendo o Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro, que transpôs para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 98/83/CE, do Conselho, de 3 de Novembro	

LEGISLAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA

Decreto-Lei nº243/2001 de 5 de Setembro	aprova normas relativas à qualidade da água destinada ao consumo humano transpondo para o direito interno a Directiva n.º 98/83/CE, do Conselho, de 3 de Novembro, relativa à qualidade da água destinada ao consumo humano	
--	---	--

Materiais de embalagem		
Diploma	Âmbito	Observações
Decreto-Lei nº62/2008 de 31 de Março	Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2007/19/CE, da Comissão, de 2 de Abril, que altera a Directiva n.º 2002/72/CE, da Comissão, de 6 de Agosto, relativa aos materiais e objectos de matéria plástica destinados a entrar em contacto com os géneros alimentícios, e a Directiva n.º 85/572/CEE, do Conselho, de 19 de Dezembro, que fixa a lista dos simuladores a utilizar para verificar a migração dos constituintes dos materiais e objectos em matéria plástica destinados a entrar em contacto com os géneros alimentícios, e revoga o Decreto-Lei n.º 197/2007 de 15 de Maio	Alterado pelo Decreto-Lei nº29/2009 de 2 de Fevereiro
Decreto-Lei nº 29/2009, de 2 de Fevereiro	Altera o Decreto-Lei nº 62/2008, de 31 de Março, relativo aos materiais e objectos de matéria plástica destinados a entrar em contacto com os géneros alimentícios.	Altera o Decreto-Lei nº 62/2008, de 31 de Março.
Decreto-Lei nº194/2007 de 14 de Maio	Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/14/CE, da Comissão, de 29 de Janeiro, que altera a Directiva n.º 93/10/CEE, da Comissão, de 15 de Março, respeitante aos materiais e objectos em película de celulose regenerada destinados a entrar em contacto com géneros alimentícios, e revoga a Portaria n.º 294/94 de 17 de Maio	
Decreto-Lei nº190/2007 de 11 de Maio	Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/31/CE, da Comissão, de 29 de Abril, relativamente aos objectos cerâmicos destinados a entrar em contacto com os géneros alimentícios	

LEGISLAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA

Regulamento (CE) n.º 1935/2004 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de Outubro de 2004	Relativo aos materiais e objectos destinados a entrar em contacto com os alimentos e que revoga as Directivas 80/590/CEE e 89/109/CEE	Consultar versão consolidada
Decreto-Lei n.º 175/2007 de 8 de Maio	Assegura a execução e garante o cumprimento, no ordenamento jurídico interno, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1935/2004	Alterado pelo Decreto-Lei n.º 378/2007 de 12 de Novembro
Rotulagem		
Diploma	Âmbito	Observações
Directiva 2000/13/CE, de 20 de Março de 2000	Relativa à aproximação das legislações dos Estados-Membros respeitantes à rotulagem, apresentação e publicidade dos géneros alimentícios	Consultar versão consolidada
Regulamento (CE) n.º 104/2000 do Conselho de 17 de Dezembro de 1999	Estabelece a organização comum de mercado no sector dos produtos da pesca e da aquicultura	Consultar versão consolidada
Regulamento (CE) n.º 2065/2001 da Comissão de 22 de Outubro de 2001	Estabelece as regras de execução do Regulamento (CE) n.º 104/2000 do Conselho no respeitante à informação do consumidor no sector dos produtos da pesca e da aquicultura	Consultar versão consolidada
Dec-Lei n.º 560/1999 de 18 de Dezembro	Relativas à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes à rotulagem, apresentação e publicidade dos géneros alimentícios destinados ao consumidor final	Transpõe Dir. 97/4/CE de 27 de Janeiro e a Dir. 1999/10/CE de 8 de Março. Publica o anexo I referente à categoria de ingredientes cuja indicação da categoria pode substituir a do nome específico
Decreto-Lei n.º 54/2010, de 28 de Maio	Relativa à rotulagem nutricional dos géneros alimentícios	
Decreto-Lei n.º 126/2005, de 5 de Agosto	Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2003/89/CE, que altera a Directiva n.º 2000/13/CE, relativamente à indicação dos ingredientes presentes nos géneros alimentícios.	Altera o Decreto-Lei n.º 560/99, no que diz respeito a alergénos
Decreto-Lei n.º 195/2005, de 7 de Novembro	Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/26/CE, que estabelece uma lista de ingredientes e substâncias alimentares provisoriamente excluídos do anexo III-A da Directiva n.º 2000/13/CE	E aprovada a lista de ingredientes e substâncias alimentares provisoriamente excluídos do anexo III do Decreto-Lei n.º 560/99 (lista dos ingredientes considerados como potencialmente alérgicos)

LEGISLAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA

Decret-Lei n.º 37/2006, de 20 de Fevereiro	Transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2005/63/CE, que rectifica a Directiva n.º 2005/26/CE no que se refere à lista de ingredientes e substâncias alimentares provisoriamente excluídos do anexo III-A da Directiva n.º 2000/13/CE.	Altera o anexo do Decreto-Lei n.º 195/2005 (lista de ingredientes alimentares considerados como potencialmente alergéneos e provisoriamente excluídos do anexo III do Decreto-Lei n.º 195/2005)
Decreto-Lei n.º 365/2007, de 2 de Novembro	O presente decreto -lei transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/142/CE	Alteração ao Decreto -Lei n.º 560/99, com aditamento ao seu anexo III
Decreto-Lei n.º 156/2008, de 7 de Agosto	Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2007/68/CE, da Comissão, que altera o anexo III -A da Directiva n.º 2000/13/CE	Altera o anexo III ao Decreto -Lei n.º 560/99, na redacção dada pelos Decretos -Leis n.º 126/2005, 195/2005 e 365/2007
Decreto-Lei n.º 199/2008, de 8 de Outubro	Define as condições gerais de comercialização dos produtos pré -embalados e estabelece as regras relativas às quantidades nominais aplicáveis aos produtos pré -embalados	
Regulamento (CE) N.º 1924/2006, de 20 de Dezembro	Relativo às alegações nutricionais e de saúde sobre os alimentos	Ver alterações na versão consolidada
Regulamento (CE) N.º 608/2004 da Comissão, de 31 de Março	Relativo à rotulagem de alimentos e ingredientes alimentares aos quais foram adicionados fitoesteróis, ésteres de fitoesterol, fitoestanois e/ou ésteres de fitoestanol	
Decreto-Lei n.º 175/2007 de 8 de Maio	Assegura a execução e garante o cumprimento, no ordenamento jurídico interno, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1935/2004	Alterado pelo Decreto-Lei n.º 378/2007 de 12 de Novembro
Regulamento (CE) N.º 258/97 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro	Relativo a novos alimentos e ingredientes alimentares	Ver alterações na versão consolidada
Regulamento (CE) N.º 834/2007 do Conselho, de 28 de Junho	Relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos e que revoga o Regulamento (CEE) n.º 2092/91	Ver alterações na versão consolidada
Regulamento (CE) N.º 889/2008 da Comissão, de 5 de Setembro	Estabelece normas de execução do Regulamento (CE) n.º 834/2007 do Conselho relativo à produção biológica e à rotulagem dos produtos biológicos, no que respeita à produção biológica, à rotulagem e ao controlo	Ver alterações na versão consolidada

LEGISLAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA

Decreto-Lei n.º 158/99 de 8 de Maio	Estabelece os princípios e regras a que deve obedecer a comercialização dos géneros alimentícios com brindes.	
Controlos metrológicos		
Diploma	Âmbito	Observações
Regulamento (CE) 37/2005 12-Jan	Relativo ao controlo das temperaturas nos meios de transporte e nas instalações de depósito e armazenagem de alimentos ultracongelados destinados à alimentação humana. (Revoga a Directiva 92/1/CEE)	Consultar texto
Portaria n.º 1198/91	Dos métodos e instrumentos de medição	
Portaria n.º 1129/2009	Das quantidades dos produtos pré-embalados	

Conservas		
Diploma	Âmbito	Observações
Regulamento (CEE) 2136/89 21-Jun	Fixa as normas comuns de comercialização de conservas de sardinha	Consultar legislação consolidada
Regulamento (CEE) 1536/92 9-Jun	Fixa as normas comuns de comercialização para as conservas de atum e bonito.	Consultar texto
Regulamento (CE) 1181/2003 2-Jul	Altera o Regulamento (CEE) n.º 2136/89 do Conselho que fixa normas de comercialização para as conservas de sardinha	Consultar texto

Bacalhau e afins		
Diploma	Âmbito	Observações
Decreto-Lei n.º 25/2005 de 28 de Janeiro	estabelece as condições a que deve obedecer a comercialização do bacalhau salgado, verde, semi-seco ou seco, e das espécies afins salgadas, verdes, semi-secas ou secas	É revogada a Portaria n.º 355/87, de 29 de Abril
Decreto-Lei n.º 4/2006 de 3 de Janeiro de 2006	Altera o Decreto-Lei n.º 25/2005, de 28 de Janeiro, que estabelece as condições a que deve obedecer a comercialização do bacalhau	

Comercialização		
Diploma	Âmbito	Observações

LEGISLAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA

Portaria nº 311/80, de 30 de Maio	Normas de comercialização de pescado fresco	
Regulamento (CEE) 3703/85 23-Dez	Normas comuns de comercialização para peixes frescos ou refrigerados.	Consultar legislação consolidada
Regulamento (CEE) 3506/89 23-Nov	Altera o Regulamento (CEE) nº 3703/85, que estabelece as modalidades de aplicação relativas às normas comuns de comercialização para certos peixes frescos ou refrigerados	Consultar texto
Portaria nº 335/91, de 12 de Abril	Normas técnicas regulamentares na produção, comercialização, conservação, embalagem e rotulagem do pescado congelado e ultracongelado.	
DIRECTIVA DO CONSELHO 91/493/CEE 22-Jul	Adopta as normas sanitárias relativas à produção e à colocação no mercado dos produtos da pesca.	Consultar legislação consolidada
DIRECTIVA DO CONSELHO 95/71/CE 22-Dez	Altera o anexo da Directiva 91/493/CEE que adopta as normas sanitárias relativas à produção e à colocação no mercado dos produtos da pesca.	Consultar texto
REGULAMENTO (CEE) 2406/96 26-Nov	Relativo à fixação de normas comuns de comercialização para certos produtos da pesca. (Tabelas de cotação de frescura, categorias de calibragem.)	Consultar legislação consolidada
REGULAMENTO (CEE) 104/2000 17-Dez	Estabelece a organização comum de mercado no sector dos produtos da pesca e aquicultura.	Consultar legislação consolidada
REGULAMENTO (CEE) 2065/2001 22-Out	Estabelece as regras de execução do Regulamento (CE) n.º 104/2000 do Conselho no respeitante à informação do consumidor no sector dos produtos da pesca e aquicultura	Consultar legislação consolidada
Decreto-Lei nº 134/2002, de 14 de Maio	Sistema de rastreabilidade e de controlo das exigências de informação ao consumidor a que está sujeita a venda a retalho dos produtos da pesca e da aquicultura.	Alterado pelo Decreto-Lei nº 243/2003, de 7 de Outubro.
Decreto-Lei nº 243/2003, de 7 de Outubro	Sistema de rastreabilidade e de controlo das exigências de informação ao consumidor a que está sujeita a venda a retalho dos produtos da pesca e da aquicultura.	Altera o Decreto-Lei nº 134/2002, de 14 de Maio.
Decreto-Lei nº 37/2004, de 26 de Fevereiro	Condições de comercialização de produtos da pesca e aquicultura congelados, ultracongelados e descongelados destinados à alimentação humana.	Revoga o Decreto-Lei nº 288/98, de 17 de Setembro. Rectificado pela Declaração de Rectificação nº 35/2004, de 23 de Abril.

LEGISLAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA

Declaração de Rectificação nº 35/2004, de 23 de Abril		
	Rectifica o Decreto-Lei nº 37/2004, de 26 de Fevereiro.	
Decreto-Lei nº 81/2005, de 20 de Abril	Regime da primeira venda de pescado fresco.	Revoga o Decreto-Lei nº 340/87, de 4 de Agosto, o Decreto-Lei nº 255/77, de 16 de Junho, o Decreto-Lei nº 372/80, de 11 de Setembro, a Portaria nº 541/82, de 29 de Maio, a Portaria nº 250/84, de 18 de Abril, e as Portarias nº 391/2000 e nº 392/2000, de 11 de Julho.
Portaria nº 197/2006, de 23 de Fevereiro		
	Normas reguladoras da autorização de primeira venda de pescado fresco fora das lotas.	
Decreto-Lei nº 259/2007, de 17 de Julho	Regime de declaração prévia a que estão sujeitos os estabelecimentos de comércio de produtos alimentares e alguns estabelecimentos de comércio não alimentar e de prestação de serviços que podem envolver riscos para a saúde e segurança das pessoas.	Revoga o Decreto-Lei nº 370/99, de 18 de Setembro, e as Portarias nº 33/2000, de 28 de Janeiro, e nº 1061/2000, de 31 de Outubro. Ver Portarias nº 789/2007, nº 790/2007 e nº 791/2007, de 23 de Julho.
Portaria nº 789/2007, de 23 de Julho		
	Diplomas legais que fixam os requisitos a que deve obedecer a instalação e funcionamento dos estabelecimentos abrangidos pelo Decreto-Lei nº 259/2007, de 17 de Julho.	
Portaria nº 790/2007, de 23 de Julho		
	Modelo da declaração instituída pelo Decreto-Lei nº 259/2007, de 17 de Julho.	
Portaria nº 791/2007, de 23 de Julho		
	Tipo de estabelecimentos abrangidos pelo regime de declaração instituído pelo Decreto-Lei nº 259/2007, de 17 de Julho.	
Decreto-Lei nº 21/2009, de 19 de Janeiro	Regime jurídico de instalação e modificação dos estabelecimentos de comércio a retalho e dos conjuntos comerciais.	Revoga a Lei nº 12/2004, de 30 de Março, e as Portarias nº 518/2004, nº 519/2004 e nº 520/2004, de 20 de Maio, e nº 620/2004, de 7 de Junho. Ver Portarias nº 417/2009 e nº 418/2009, de 16 de Abril.
Portaria nº 417/2009, de 16 de Abril		
	Regras de funcionamento das comissões de autorização comercial.	

LEGISLAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA

Portaria nº 418/2009, de 16 de Abril	Avaliação e pontuação dos projectos de instalação e modificação dos estabelecimentos de comércio alimentar e misto, de comércio não alimentar e de conjuntos comerciais.	
Licenciamento industrial		
Diploma	Âmbito	Observações
Decreto-Lei n.º 209/2008 de 29 de Outubro	Aprova o regime de exercício da actividade industrial (REAI).	

LEGISLAÇÃO DOS PRODUTOS DA PESCA

Taxas de inspeção		
Diploma	Âmbito	Observações
Decreto-Lei nº178/2008 de 26 de Agosto	Define os critérios de aplicação e montantes de taxas a cobrar nos termos do Regulamento (CE) n.º 882/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril, relativo à inspeção sanitária dos produtos de origem animal e revoga os Decretos-Leis n.os 433/89, de 16 de Dezembro, e 208/99, de 11 de Julho	
Portaria nº1073/2008 de 22 de Setembro	fixa a forma de cálculo das taxas devidas pela realização de actividades de inspeção hígio-sanitária, verificação e auditoria no âmbito do controlo oficial nos estabelecimentos ou operadores que desenvolvam actividades relativas aos alimentos e aos géneros alimentícios para animais	Alterada pela Portaria nº1450/2009 de 28 de Dezembro

Outros		
Diploma	Âmbito	Observações
Regulamento (CE) N.º 509/2006 do Conselho, de 20 de Março	Relativo às especialidades tradicionais garantidas dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios	
Regulamento (CE) N.º 510/2006 do Conselho, de 20 de Março	Relativo à protecção das indicações geográficas e denominações de origem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios	
Regulamento (CE) N.º 1898/2006 da Comissão, de 14 de Dezembro	Estabelece regras de execução do Regulamento (CE) n.º 510/2006	